



O QUE EU PRECISO SABER? A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

DANTAS, Lilianne Moreira¹ - UFC

PINTO, Elismária Catarina Barros² - UFC

Grupo de Trabalho – Formação de professores e profissionalização docente
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

O presente trabalho é relato de experiência de estágio desenvolvido em turma de 3º ano do Ensino Fundamental I de uma escola da rede municipal de Fortaleza-CE, localizada em um bairro da periferia. Tendo em vista a obrigatoriedade legal de matrícula de alunos com deficiência nas escolas regulares, faz-se necessário refletir sobre a formação dos pedagogos que realizarão seu trabalho junto ao público alvo da Educação Especial. Esta experiência é fruto da disciplina Educação Inclusiva do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará. Tem como objetivo analisar como o estágio pode ampliar a visão do futuro educador em seu processo de formação em relação à prática pedagógica que promova a inclusão. A atividade consiste em observar a prática em sala de aula, focando a promoção da inclusão para que, em seguida, elaborar planejamento de atividades, aplicação e avaliação. Para tanto, foi realizada pesquisa sobre conceitos de educação inclusiva e formação de professor para fundamentação teórica. A partir da observação *in lócus* as atividades foram elaboradas e posteriormente aplicadas com os alunos, que responderam positivamente, incluindo o aluno com deficiência que buscou estratégias para realizá-las. Percebe-se que mesmo toda a luta daqueles que defendem a inclusão e todo o amparo legal não são suficientes para que a inclusão seja eficaz e real nas escolas. Para que de fato se efetive é necessário que o professor esteja preparado para esta realidade escolar, sensibilizado com a causa e que o mesmo utilize suas capacidades a fim de promover uma educação de qualidade para todos, respeitando limitações e diferenças e estimulando habilidades/capacidades realizadas.

Palavras-chave: Formação de professor. Educação Inclusiva. Práticas educativas.

¹ Mestranda em Educação Brasileira pela UFC. Especialista em Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional pela UFC. E-mail: lilladantas@hotmail.com.

² Mestranda em Educação Brasileira pela UFC. Especialista em Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional pela UFC. E-mail: cattybarros@hotmail.com.

Introdução

A educação inclusiva, processo que vem se expandindo e firmando raízes na Educação e na sociedade brasileira, é assunto necessário no processo de formação de futuros educadores, tendo em vista a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação (2008) que visa efetivar a inclusão de todos, sem distinções, no ensino regular.

Conforme este documento, a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, passa a integrar-se às propostas pedagógicas da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais e de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Assim, o grupo que antes era segregado nas escolas e classes especiais, passa a fazer parte do cotidiano das escolas comuns.

De acordo com Silva (2003), ter alunos com deficiência na escola regular implica numa mudança de atitude dos professores que tem implícita a aceitação não por causa de imposições legais, já que todos têm direito à educação, mas por compreender que ninguém é igual a ninguém e que salas de aula homogêneas são irreais.

A palavra incluir significa abranger, compreender, somar e é nisso que se deve pensar quando se fala em inclusão de pessoas com deficiência; é trazer para perto, é garantir o direito de ter as mesmas experiências escolares que os outros sem deficiência, cada um dentro de suas capacidades.

A escola inclusiva é um espaço que atende a todos e que promove a construção do conhecimento a partir de suas capacidades, formando cidadãos ativos e que respeitam o outro e consideram as diferenças.

A inclusão não é uma obra de caridade realizada pelo professor, mas sim um direito garantido por lei (Decreto nº 7.611/11); é permitir que as pessoas sejam inseridas na sociedade da qual fazem parte, observando-se como sujeitos agentes e capazes, produtores de conhecimento e não as deixando alienados e despreparados para uma realidade que também os pertence.

Nesta perspectiva é preciso que durante seu processo de formação o professor seja preparado para construir práticas que atendam às diferenças de seus alunos, inclusive daqueles com deficiência, agora presentes nas escolas regulares.

Assim, este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a experiência de estágio direcionado a uma perspectiva inclusiva, ocorrida durante graduação no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará. Ele partiu de uma proposta dada durante a disciplina de

Educação Inclusiva e consistia em observar como um professor de uma escola do sistema regular acredita estar promovendo uma educação que reconheça e estimule as diferentes capacidades de seus alunos, promovendo assim a inclusão.

Além disso, era necessário experimentar na prática como construir atividades que possibilitem a participação e a aprendizagem de todos. Neste sentido, realizou-se observação em sala de aula do 3º ano do ensino fundamental I em uma escola regular da rede pública do município de Fortaleza, Ceará.

Partindo do diagnóstico realizado a partir da aproximação com a turma e com a professora realizou-se a elaboração de planejamento de aula para ser aplicado com o grupo, seguido de uma avaliação com os alunos.

Toda essa aproximação com a realidade das escolas (principalmente as públicas), com seu cotidiano, dificuldades e sucessos, as necessidades dos alunos e angústias dos professores nos faz perceber como a realização destas atividades de estágio são enriquecedoras para a formação do educador, que vai observando como as teorias tão estudadas na academia fundamentam a prática e promovem melhorias na qualidade da educação oferecida às crianças, com ou sem deficiência.

Assim, partindo da fala de Freire (2003) “ninguém sabe tanto que não possa aprender nem ninguém sabe nada que não possa ensinar” constata-se que nesta relação, ambos somos aprendizes. É na troca de experiência e no diálogo que os indivíduos vão sendo construídos.

O Brasil que inclui

Toda esta onda de pensar na pessoa com deficiência e nos meios de sanar os erros cometidos num passado de exclusão, ainda tão presente, vem contaminando educadores, pais e governantes. Estas novas reflexões podem ser vistas inclusive na legislação que vem avançando e promovendo mudanças nas escolas e nos modos de se trabalhar a educação em sala de aula.

Um marco histórico da inclusão ocorreu em junho de 1994, com a Declaração de Salamanca, na Espanha, realizada pela UNESCO na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, assinado por 92 países que tem como um de seus princípios fundamentais: “todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças que apresentem”.

O direito a uma educação de qualidade para todos no Brasil é garantido pela Constituição Federal de 1988. Muitos são os documentos legais que vem sendo elaborados, dos quais alguns nosso país é signatário, como o da Convenção da ONU que reforça a garantia de educação a todas às crianças.

O mais recente e marcante avanço está relacionado ao ensino regular. Com a elaboração da Política Nacional de Educação Especial (MEC-SEESP, 2008) as ações referentes à Educação Especial passaram por modificações. As antigas escolas especiais deixaram de ser responsáveis pela escolarização de pessoas com deficiência e tornaram-se complementação e suplementação na formação destes alunos. A escola comum é agora exclusivamente responsável pela escolarização de todos os alunos.

Essa mudança vem causando modificações nas estruturas escolares, não só nas instalações físicas, mas principalmente no processo de ensino aprendizagem. Professores assustam-se e ficam receosos com a chegada das crianças com deficiência. Muitos continuam reproduzindo práticas que não valorizam as capacidades dos sujeitos e acabam por reforçar a exclusão.

Por isso se questiona se os professores destas escolas estão preparados para receber estes alunos em suas salas e, tendo em vista estas modificações, como os futuros educadores estão sendo formados nas universidades para uma atuação pedagógica que altere a situação de exclusão e compreendendo a importância dos espaços heterogêneos para promoção da aprendizagem.

Professor, não tenha medo de mim

É comum a fala de professores que afirmam não estar preparados para a inclusão isto porque muitos acreditam, erroneamente, que precisam ser especialistas nas deficiências para poder adotar uma prática que promova a inclusão. Segundo Mantoan (2003, p.67):

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada

Para adotar uma práxis eficaz o professor precisa elaborar um ensino para as diferenças e não para as deficiências. É preciso ser capaz de trabalhar com as pessoas nas suas

diferenças, sem buscar a homogeneidade e a igualdade. Na escola inclusiva a prática pedagógica (FIGUEIREDO, 2010, p.66):

[...] implica no reconhecimento das diferenças dos alunos e na concepção de que a aprendizagem é construída em cooperação a partir da atividade do sujeito diante das solicitações do meio, tendo o sujeito de conhecimento como um sujeito autônomo.

Mas o professor da sala regular precisa, além de uma formação acadêmica a fim de compreender-se no processo de inclusão, realizar cotidianamente uma reflexão sobre sua prática no intuito de gerar melhorias em suas ações. É o que Freire (2003) chama de reflexão-ação-reflexão que é a prática de refletir para e sobre sua prática pedagógica a fim de reconstruí-la cotidianamente.

É preciso também desconstruir uma prática equivocada e encontrada comumente nas escolas de que ter um aluno com deficiência em sala regular é apenas realizar adaptações nas estruturas da escola ou oferecer o Atendimento Educacional Especializado e recursos pedagógicos apropriados. É uma modificação de pensamento, de estrutura internalizada por gestores, educadores e comunidades. De acordo com Mitller (2003, p.16):

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares para torná-las responsáveis às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas àquelas que são rotuladas com o termo 'necessidades educacionais especiais.

O que vemos aqui é que o trabalho em prol da inclusão não apresenta o professor como único personagem, mas consideramos que este é peça fundamental para a efetivação da inclusão. A este profissional cabe assumir o papel de trabalhar democraticamente, possibilitando a participação do aluno no processo de aprendizagem, com atividades metodológicas e recursos variados, existindo uma abertura para que o espaço de sala de aula seja interativo, que leve a construção do conhecimento de forma interdisciplinar e contextualizada, observando o cotidiano do aluno e em parceria com a comunidade.

Além disso, ele deve construir valores de respeito entre os alunos e uma relação de segurança, para que alunos sintam-se apoiados para desenvolver suas atividades e a expressar suas opiniões, mas sempre com respeito ao outro.

O professor, então, deve estar aberto para receber este aluno e buscar uma preparação para que consiga alcançar o objetivo principal do ensino que é a aprendizagem. Antes de tudo,

ele deve romper com o ensino transmissivo e adotar práticas que atendam às diferenças sem, no entanto, oferecer um ensino diferenciado para cada sujeito.

Alcançar a aprendizagem de seus alunos requer do educador a disposição de explorar as capacidades de cada um e, partindo daí, desenvolvê-las e estimulá-las. Não se deve negar as dificuldades e restrições, mas não se pode fazer destas limitações justificativas do fracasso e obstáculos para uma prática que atenda a todos.

A escola de todos

As escolas excludentes adotam a identidade normal, tida como natural, generalizada e positiva que serve de parâmetro para avaliar e classificar as outras identidades. Ao contrário, na escola inclusiva a identidade não é considerada algo acabado e permanente, que deve ser copiado e reproduzido, mas algo instável e inacabado. Por isso seus alunos não são categorizados. Conforme Carvalho (2004):

O ensino ideal deve ser aquele que desenvolve, explicita e potencializa as estratégias de aprendizagem orientando o sujeito na mobilização de conhecimentos prévios, otimizando as possibilidades de acerto de modo que possam contribuir para a autoconfiança, além de criar situações que possibilitem uma positiva relação com o saber.

É fato que as escolas encontram-se num processo de reestruturação organizacional buscando garantir este ensino adequado, o que não é fácil de ser cumprido e precisa, dentre tantas coisas, do compromisso do professor de pensar sua prática nesta direção. Esta escola precisa acreditar que a heterogeneidade não gera uma desqualificação da educação, ao contrário, REGO (1995, p.110) através de análise das obras de Vygostsky, afirma que:

[...] a heterogeneidade, característica presente em qualquer grupo humano, passa a ser vista como fator imprescindível para as interações na sala de aula. Os diferentes ritmos, comportamentos, experiências, trajetórias pessoais, contextos familiares, valores e níveis de conhecimentos de cada criança (e do professor) imprimem ao cotidiano escolar a possibilidade de troca de repertórios, de visão de mundo, confrontos, ajuda mútua e consequente ampliação das capacidades individuais.

Assim, a escola que promove esta interação entre as diferenças acaba por partilhar e ampliar capacidades através das trocas de experiência. Além disso, ela contribui para a construção de uma sociedade menos excludente, que vê as diferenças do outro e as respeita. A criança cresce percebendo as diferenças apenas como uma variedade, sem nenhuma outra implicação.

O estágio e seus resultados

O estágio é uma experiência fundante para a formação dos futuros professores. É o momento de reafirmação da escolha profissional, quando se descobre ser educador. Este processo de formação acadêmica faz-se como um campo de conhecimentos fundamental para o processo formativo. É quando são possibilitadas questões básicas como: “o sentido da profissão, o que é ser professor na sociedade que vivemos, como ser professor, a escola concreta, a realidade dos alunos nas escolas de ensino fundamental e médio, a realidade dos professores nessas escolas (...)” (PIMENTA, 2009). Participar da realidade das salas de aula proporciona um crescimento individual e profissional muito rico.

A experiência aqui relatada aconteceu com turma 20 alunos do 3º ano do ensino fundamental I, na qual havia um jovem com deficiência intelectual. A média de idade da turma era de 8 anos. O jovem incluído tinha 21 anos, contrariando as recomendações legais do aluno estar matriculado em turma compatível a sua idade.

De acordo com a professora do Atendimento Educacional Especializado, os pais de Antonio³ não aceitaram a matrícula deste nas turmas de Educação de Jovens e Adultos tanto devido ao horário das aulas (noturno) quanto por acreditarem que a qualidade do ensino é inferior. Inclusive, de acordo com relato desta professora, Antonio vem evoluindo bastante desde que iniciou na escola.

A pesquisa foi realizada em três momentos: observação da turma, elaboração de atividade e a aplicação e avaliação desta.

Durante a observação constatou-se que as atividades propostas pela professora eram dispendiosas e sem significado, tendo em vista que a turma passava parte da aula copiando questões do livro para o caderno e em seguida respondendo-as. Antes de algumas atividades propostas a professora realizava uma leitura de imagem (expostas no livro didático) juntamente com as crianças para relacionar com o exercício.

A professora pouco interviu ou mediou as atividades. Permaneceu todo o tempo sentada no birô e, quando o aluno dizia ter finalizado a atividade, ela não verificava nem tão pouco avaliava. Em nenhum momento a professora faz com que a atividade tenha significado para os alunos, nem relaciona a mesma com o cotidiano destes. Além disso, ela não promove uma integração entre os alunos e nem a participação deles.

³ Nome fictício para preservar a identidade do aluno

Antonio copiou as questões no caderno, mas não as respondeu por não saber escrever espontaneamente, ele apenas copia, mostrando que apenas codifica as palavras. Ele não sabe ler e não compreende o que faz. No entanto, se esforça, por conta própria e sem auxílio da professora, para participar das atividades propostas. O aluno apresentou boa relação com o grupo, mesmo tendo idade tão diferente dos demais. Como seu comportamento é também infantilizado, acredita-se que isso colabore para sua integração com a turma.

Observou-se que a organização da sala dificulta a realização dos trabalhos. Os alunos sentam-se de modo tradicional, enfileirados. Alguns ficam *amontoados* na frente e outros se sentam no fim da sala. A professora justificou que os alunos estavam assim dispostos porque parte deles tem problemas de visão e precisam ficar na frente, próximos à lousa.

A estrutura da sala também não colabora. A ventilação e a luminosidade não são suficientes e a sua localização, próximo ao pátio de recreação, atrapalha o diálogo com a turma já que o barulho durante o intervalo da educação infantil dispersa os alunos.

Pode-se observar que o funcionamento da sala era desordenado. Os alunos jogavam papel no chão, faziam brincadeiras desrespeitosas entre si e frequentemente apresentavam-se situações de conflito. Poucos foram os momentos de colaboração entre o grupo.

Tendo em vista esta realidade descrita e a necessidade de construir uma identidade de grupo, de integração e de respeito entre seus membros, pensou-se em realizar atividade de construção de regras de convivência, fazendo com que refletissem sobre o que faziam em sala e com podiam modificar suas atitudes.

Trabalhar o tema regras em sala de aula é fundamental. Primeiro porque as regras existem em todos os espaços e as crianças precisam aprender, desde cedo, suas funções sociais e a importância de cumpri-las. Segundo porque algumas pessoas têm a errônea ideia de que crianças com deficiência não precisam ou não conseguem seguir regras. No mais, a construção de regras de convivência auxilia na formação do valor de respeito pelo outro, pelo meio onde vivem e pela diferença.

O planejamento das atividades teve como ponto de partida o diagnóstico realizado em sala de aula. Compreendemos a importância de propor atividades contextualizadas, que os alunos reconheçam em seu cotidiano e que oportunizem sua fala e a ludicidade.

Na aplicação das atividades, primeiramente houve a reorganização do espaço da sala, com a participação dos alunos, para facilitar o diálogo e a participação de todos. Cada aluno pegou sua cadeira e dispôs em forma de círculo. Em seguida, iniciou-se uma conversa com as

crianças no intuito de saber o que elas percebem sobre regras, porque elas existem e devem ser cumpridas, quais regras fazem parte da vida de cada um, além de refletir sobre sua importância e existência em todos os espaços. Por fim, enumeramos as regras presentes na escola para construir um quadro, com a ajuda deles, de regras de convivência em sala de aula.

Foram muitas as sugestões dadas pelos alunos. E à medida que elas surgiam o quadro das regras ia sendo elaborado. Depois de confeccionado, ele foi aficcionado na parede da sala para que, sempre que alguém descumprisse uma delas, a turma lembrasse do acordo estabelecido entre eles.

Utilizou-se como ferramenta de avaliação uma atividade lúdica, de desenho e escrita, na qual os alunos iriam desenhar a regra que eles consideravam mais importante e descrevê-la. Ao término, cada aluno apresentaria seu desenho e explicava para o grupo. Todos alunos, inclusive Antonio, participaram satisfatoriamente das atividades. Segundo comentário da professora, até alunos considerados *problemáticos* e que não costumam participar das aulas, comportaram-se de modo diferenciado.

Acreditamos que estes comportamentos diferenciados do cotidiano escolar podem ter sido ocasionados pela importância dada ao trabalho deles, ao pensamento que eles apresentam e por possibilitar um sentimento de pertença, de sujeitos das atividades.

Avaliando resultados

A primeira avaliação a ser feita refere-se ao processo de construção e aplicação desta atividade. Foi a possibilidade de pensar a prática a partir das teorias e refletir a prática do outro, que gerou a construção de conceito sobre práxis pedagógica a ser adotada quando professor.

Quanto à relação com os alunos e professora, percebemos quanto é importante a relação de afetividade e de diálogo para a construção de uma prática participativa, na qual todos são sujeitos do conhecimento.

Percebemos ainda que, mesmo a escola sendo reconhecida como inclusiva, tendo o Atendimento Educacional Especializado, ainda há barreiras para a construção e efetivação de uma prática inclusiva, que depende também da formação, postura e compromisso adotados pelo educador. Reconhecemos aqui mais um exemplo de escola que se diz inclusiva, mas que não propõe uma prática adequada.

Entendemos que a atividade proposta e o retorno dado pelo grupo discente pode ter despertado na professora uma reflexão sobre sua práxis. No entanto, não podemos culpabilizá-la exclusivamente pela a falsa inclusão da escola. É fato que a formação de professores nesta perspectiva é nova e muitos dos que já estão no sistema educacional nunca foram orientados ou preparados para tal prática. Portanto, é preciso preparar este professor, orientá-lo, despertar seu olhar sobre a inclusão.

A escola é a instituição que prepara os indivíduos para atuação social, mas cabe ressaltar que esta é parte integrante da sociedade e que por ela foi criada no intuito de se alcançar objetivos de classes. Não é apenas a escola responsável por essa mudança, mas é ela base fundamental para sustentá-la e, para tanto ela precisa se repensar, refletir sobre suas concepções teóricas e práticas pedagógicas. Conforme Abramowicz (1997):

A escola não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do outro. A aprendizagem é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, (...) mas a aprendizagem ocorre, sempre. Precisamos de uma pedagogia que seja uma nova forma de se relacionar com o conhecimento, com os alunos, com seus pais, com a comunidade, com os fracassos (com o fim deles), e que produza outros tipos humanos, menos dóceis e disciplinados.

Ressalta-se ainda a importância da universidade contemplar em seus currículos (tanto do curso de Pedagogia quanto nas licenciaturas) a questão da inclusão durante a formação acadêmica dos professores. Não é possível exigir de um grupo que ele utilize métodos e atitudes que promovam a inclusão se nada a ele foi oferecido.

Ao professor, cabe buscar sua qualificação assumindo compromisso de ser um profissional competente e responsável também por uma educação de qualidade, como afirma Nóvoa (1995, p.25):

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou das técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal.

Em consonância com o que é dito pelo autor, mais que pesquisar e construir técnicas e métodos, o professor deve entender-se como um ser em construção e não aquele que tem detém de todo conhecimento. Ele precisa adotar a prática da reflexão cotidiana de suas ações pedagógicas e buscar meios sempre de superar a burocracia imposta à educação.

Considerações finais

A chegada do aluno com deficiência na escola regular exige um repensar na formação dos pedagogos, não só daqueles que estão em processo de formação na academia como também daqueles que já atuam no sistema e recebem este aluno muitas vezes com sensação de mal estar e incômodo, o que dificulta o processo de inclusão destas pessoas.

Essa formação pode ser garantida com disciplinas obrigatórias ofertadas nos cursos de Pedagogia que possibilitem a formação teórica aliada à experiência de estágio, ajudando os graduandos a pensar e construir práticas pedagógicas que favoreçam o acesso de todos à educação. Além disso, as secretarias e universidades precisam aliar-se para pensar a formação daqueles que estão há anos no trabalho em sala de aula, garantindo as exigências legais e se fazendo cumprir os direitos das crianças e adolescentes.

O desafio é grande. Como processo, a educação inclusiva vai aos poucos ocupando seu espaço. O primeiro passo foi dado. Alunos estão nas escolas regulares, compartilhando vivências com aqueles que, muitas vezes os excluíram. A escola (e seus atores) vai adaptando-se e construindo uma nova realidade. É preciso compartilhar experiências bem sucedidas e colaborar com a solidificação desta corrente que luta por todos, sem ver as diferenças como obstáculos.

REFERÊNCIAS

ABRASMOWICZ, Anete e MOLL, Jaqueline (Orgs). **Para além do fracasso escolar**. Campinas, SP: Papiros, 1997. p. 161-172.

BRASIL. **Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial de União, Brasília: 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: **Revista da educação especial**, v.4, nº1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2004.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. A escola de atenção às diferenças: In: Figueiredo, R.V; Boneti, L.W; Poulin, J.R. (Orgs). **Novas Luzes sobre a Inclusão escolar**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 51-69.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 44ed. São Paulo: Coryez, 2003.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão Escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva:** Contextos Sociais. Traduzido Windyz Brazão Ferreira. Editora Artmed: Porto Alegre, 2003.

NÓVOA, António. A formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Org). **Os professores e sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência.** 4ed. São Paulo: Cortez, 2009.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky:** uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SILVA, M^a Odete Emygdio. A análise de necessidades na formação contínua de professores: um contributo para a integração e inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no Ensino Regular. In: SPROVIERIA, M.L e BAUMIL, R.C.R.C. **Educação Especial:** do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.